



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1-) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Investidores e Parceiros,
A Administração da Maestros Locadora de Veículos S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade do processo de ajuste operacional e financeiro iniciado nos períodos anteriores, em um ambiente macroeconômico caracterizado por taxas de juros ainda elevadas e restrições nas condições de crédito. A Companhia manteve foco na disciplina financeira, eficiência operacional e gestão ativa da estrutura de capital, incluindo a implementação de medidas voltadas à adequação do perfil de endividamento. Durante o exercício, a Companhia apresentou sua visão sobre o repêrimento de seu endividamento a seus principais credores financeiros. A intenção inicial da Companhia é a obtenção da aprovação de suspensão temporária (*standstill*) para pagamentos de principal, com manutenção do pagamento de juros contratuais, seguida de alongamento no passivo. Essa etapa inicial do repêrimento tem como objetivo permitir a continuidade das negociações com seus credores para definição da estrutura definitiva de suas obrigações financeiras. A implementação do repêrimento encontra-se em andamento na data de emissão destas demonstrações financeiras. Reportamos abaixo alguns temas relacionados às atividades comerciais, operacionais e de sustentabilidade da Companhia: **► Evolução - Produto RAC (Rent A Car):** A análise do desempenho comercial do produto RAC (Rent A Car) no comparativo entre os exercícios de 2024 e 2025 evidenciou um avanço significativo na geração de receita e na consolidação do produto dentro do portfólio da companhia, refletindo a efetividade da estratégia comercial adotada e o fortalecimento da presença da empresa neste segmento. No consolidado, o faturamento total relacionado ao RAC apresentou crescimento relevante, passando de R\$3,7 mm em 2024 para R\$5,4 mm em 2025, o que representa uma expansão de aproximadamente 44%. Este resultado demonstra a ampliação da base de clientes, maior presença de mercado e a crescente maturidade da operação. Ao analisarmos especificamente o faturamento oriundo dos contratos do produto RAC, considerando a abertura entre Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ), observa-se evolução consistente, com faturamento total passando de R\$2,6 mm em 2024 para R\$3,7 mm em 2025, representando crescimento de aproximadamente 43%. Dentro dessa composição, o RAC PJ destaca-se como o principal vetor de crescimento. O faturamento evoluiu de R\$2,0 mm em 2024 para R\$3,2 mm em 2025, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 54%. Este desempenho evidencia o fortalecimento do posicionamento do produto como solução de mobilidade para empresas, bem como maior capacidade de conversão e retenção de contratos corporativos, contribuindo para maior previsibilidade de receita e estabilidade operacional. Com relação ao RAC PF, manteve comportamento relativamente estável, registrando faturamento de R\$502 mil em 2024 e R\$482 mil em 2025. Apesar da leve retração anual, o desempenho observado no encerramento de 2025 merece destaque, especialmente no mês de dezembro, quando foi registrado o maior faturamento mensal de R\$89 mil, indicando sinais de recuperação, assim como melhor aproveitamento da sazonalidade em virtude das festas e férias de final de ano. Adicionalmente, o canal Aplicativo, que visa atender motoristas cadastrados em plataformas de mobilidade urbana, apresentou evolução expressiva, com faturamento passando de R\$1,1 mm em 2024 para R\$1,6 mm em 2025, representando crescimento de aproximadamente 46%. Este resultado reforça a importância da estratégia focada no canal de mobilidade urbana, ampliando a capilaridade comercial e contribuindo para ganhos de escala na operação. Outro aspecto relevante refere-se à dinâmica de crescimento ao longo de 2025, com aceleração perceptível no segundo semestre e desempenho particularmente robusto no último trimestre. Destacam-se os meses de setembro (R\$517 mil), outubro (R\$533 mil) e dezembro (R\$559 mil). Esse comportamento evidencia não apenas o crescimento estrutural do produto, mas também a capacidade da operação em sustentar volumes mais elevados de receita, refletindo amadurecimento comercial e maior eficiência operacional. Diante dos resultados apresentados, conclui-se que o produto RAC se encontra em trajetória consistente de expansão, sustentada principalmente pela forte evolução do canal corporativo e crescimento consistente das plataformas de mobilidade. O desempenho observado no exercício de 2025 reforça o papel estratégico do RAC como importante vetor de crescimento e geração de receita recorrente para a Companhia, com perspectivas favoráveis para continuidade da expansão nos próximos ciclos operacionais. Neste momento, o maior desafio para aceleração do produto é a compra de frota, que está associada à obtenção de novas linhas de crédito.

RAC - Faturamento (em milhares de reais, exceto %)	2025	AV%	2024	AV%	2025 x 2024	%
RAC PJ + PF	3.717	69%	2.600	69%	1.117	43%
RAC PJ	3.235	60%	2.098	56%	1.137	54%
RAC PF	482	9%	502	13%	(20)	-4%
Aplicativo	1.697	31%	1.160	31%	537	46%
Total	5.415	100%	3.761	100%	1.654	44%

► RTC - Reserva Técnica Comercial: Refere-se aos veículos retomados de inadimplência que podem ser alugados e/ou vendidos. Concluímos 2025 mantendo o foco na disciplina operacional e na busca pela recuperação gradual dos resultados, após um período impactado por atrasos de recebíveis, sobretudo na divisão Agro, conforme reportado nos trimestres anteriores. A soma dos ativos retomados (pesados e agro) totalizaram quase R\$51,0 mm em valor de custo (CAPEX) entre os meses de maio/24 a dezembro/25, sendo que com grande esforço comercial, deste total R\$33,2 mm já foram alugados ou vendidos, ficando, portanto, R\$17,7 mm em estoque disponível (valor de compra) e R\$12,4 mm (valor contábil). Cabe destacar que os ativos constantes em RTC são predominantemente agrícolas e de maior valor agregado, cujos processos de decisão envolvem ciclos de negociação, análise técnica e aprovação financeira mais estruturados. A Administração permanece dedicada à execução das medidas necessárias para assegurar o equilíbrio financeiro e a continuidade das operações. A Companhia agradece a confiança de seus acionistas, clientes, credores e colaboradores.

Fabio Lewkowicz - Diretor Presidente

2-) CONTEXTO OPERACIONAL

A Maestros Locadora de Veículos S/A ("Companhia") atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos leves, pesados e máquinas agrícolas através de contratos de longa duração e, consequentemente, obtém a receita acessória de revenda após o término da locação com a desmobilização da frota. A Maestros compra seus veículos, leves, pesados e agrícolas diretamente das principais montadoras do país, contando com mix diversificado de fabricantes na sua frota. A venda de veículos leves e pesados é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.600 lojas e o que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarity") no final de 2018 e sua incorporação integral em 2019, foi possível diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de seminovos. Abrimos uma loja para vendas a varejo em Belo Horizonte com o objetivo de adicionar um canal de maior potencial de retorno. Os indicadores de resultado estão conforme demonstrados abaixo:

	2025	AV %	2024	AV %	2025 x 2024	%
Receita líquida	110.463	100%	125.314	100%	(14.851)	-12%
Bruta de locação	72.417	66%	79.354	63%	(6.937)	-9%
(-) Impostos sobre receita de locação	(6.886)	6%	(7.303)	6%	417	-6%
Venda de veículos	44.932	41%	53.319	43%	(8.387)	-16%
Custos de locação e venda de veículos	(73.959)	67%	(86.408)	69%	12.449	-14%
Lucro bruto	36.504	33%	38.962	31%	(2.458)	-6,3%
Administrativos e gerais	(17.732)	16%	(24.000)	19%	6.268	-26%
Despesas operacionais	(17.732)	16%	(24.000)	19%	6.268	-26%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos	18.772	17%	14.962	12%	3.810	25%
Despesas financeiras	(34.714)	31%	(34.051)	27%	(662)	2%
Receitas financeiras	3.924	4%	5.313	4%	(1.390)	-26%
Resultado financeiro líquido	(30.790)	28%	(28.738)	23%	(2.052)	7%
Prejuízo antes dos tributos	(12.018)	-11%	(13.776)	-11%	1.758	-13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.094	1%	5.395	4%	(4.301)	-90%
Prejuízo do exercício	(10.924)	-10%	(8.381)	-7%	(2.543)	30%

3-) COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

Em 2025, a Companhia apresentou redução de receita líquida quando comparada ao exercício anterior, totalizando R\$110,4 mm, frente a R\$125,3 mm em 2024, representando variação negativa de aproximadamente 11,9%. Essa redução está principalmente associada ao menor volume em receita de locação e venda de veículos seminovos, e do aumento da inadimplência em 2025 na comparação com o ano anterior. O lucro bruto totalizou R\$36,5 mm em 2025, comparado a R\$38,9 mm em 2024, refletindo a redução do volume de receitas, parcialmente compensada pela manutenção da eficiência operacional e controle dos custos diretamente relacionados à operação. O valor de frota atingiu R\$142,6 mm, apresentando redução de R\$42,9 mm em relação ao ano anterior que foi de R\$185,6 mm. O mix entre as linhas de negócio entre Leves, Pesados e Agro está apresentando em 41,4%, 34,7% e 23,9, respectivamente. O EBITDA permanece praticamente estável, atingindo R\$46,5 mm em 2025, frente a R\$46,8 mm em 2024. A estabilidade do indicador reflete principalmente a redução relevante das despesas administrativas, especificamente a provisão para redução ao valor recuperável (PECLD) que em 2024 teve aumento expressivo de R\$4,7 mm concentrado em 5 clientes (114 clientes ativos) que foi normalizado em 2025, e juntamente com os ganhos de eficiência operacional, que compensaram parcialmente a redução da receita. O resultado operacional (EBIT) apresentou crescimento, totalizando R\$18,7 mm em 2025, comparado a R\$14,9 mm em 2024, representando aumento aproximado de 25,5%. Esse desempenho está relacionado principalmente aos fatores mencionados anteriormente. O endividamento líquido total atingiu R\$131,2 mm, representando uma redução de aproximadamente 14,8% (R\$22,7 mm) na comparação com o ano anterior, devido ao pagamento de R\$15 mm do certificado de recebíveis do agronegócio (CRA), reduzindo amortizações futuras. O resultado financeiro líquido apresentou piora no período, totalizando despesa líquida de R\$30,7 mm em 2025, frente a R\$28,7 mm em 2024, refletindo principalmente o impacto do patamar elevado das taxas de juros e do custo de financiamento da frota. Em função dos fatores acima, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$10,9 mm em 2025, comparado ao prejuízo de R\$8,3 mm em 2024. A variação está diretamente relacionada ao aumento do resultado financeiro negativo, parcialmente compensado pela melhoria do resultado operacional. A Administração mantém foco na disciplina financeira e na preservação do equilíbrio operacional da Companhia.

3-2) CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

	2025	2024	Variação 2025/2024	%
Custos de manutenção	(6.464)	(7.236)	772	-10,7%
Custos com depreciação	(27.015)	(31.091)	4.076	-13,1%
Custos dos veículos vendidos	(38.860)	(47.384)	8.524	-18,0%
Outros custos com veículos vendidos	(2.024)	(1.796)	(228)	12,7%
Custos com pessoal	(2.816)	(3.173)	357	-11,3%
Outros custos operacionais	(712)	(320)	(391)	122,2%
Recuperação de taxa de administração sobre multas	85	104	(19)	-18,3%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	3.847	4.488	(641)	-14,3%
Total	(73.959)	(86.408)	12.450	-14,4%

No fim do exercício de 2025, os custos de locação e venda de veículos representaram 14,4% de redução em relação ao exercício anterior, devido à gestão eficiente do ciclo de aquisição, locação e desmobilização da frota. Os custos de venda de veículos, que representam a baixa do valor contábil dos veículos vendidos, totalizaram R\$38,8 mm em 2025, redução de R\$8,5 mm, equivalente a 18,0%, na comparação com 2024, efeito de "safra" de finalização de contratos, conforme item 3.1. Os custos diretos de locação são decorrentes aos 3 principais grupos: **• Custos com depreciação** atingiu R\$27,0 mm em 2025, apresentando redução de 13,1% em relação ao ano anterior. Um dos principais fatores para esta redução foi a menor quantidade de veículos locados. **• Custos de manutenção** (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$3,2 mm, redução de R\$1,1 mm. Em 2024 os custos de manutenção representavam 13,1% da receita de aluguel e ao final de 2025, esse indicador passou para 12,8%, demonstrando aumento da eficiência operacional. **• Demais custos**, líquido das recuperações, encontra-se dentro das flutuações normais do fluxo operacional.

3-3) LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$36,5 mm apresentando pequena redução de 6,3% em relação ao ano anterior, consequência das variações de receitas e custos mencionados nos itens anteriores.

3-4) DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

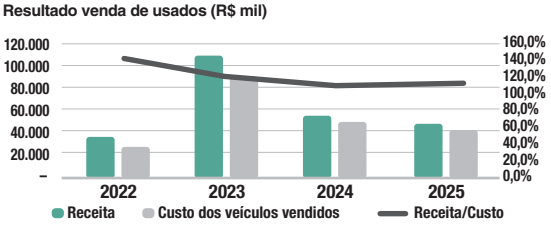
	2025	2024	Variação 2025/2024	%
Despesas com pessoal	(8.987)	(10.128)	1.141	-11,3%
Serviço de terceiros	(2.368)	(2.333)	(35)	1,2%
Despesas com ocupação	(610)	(511)	(99)	-19,4%
Despesas gerais	(2.011)	(2.556)	545	-21,3%
Despesas com depreciação e amortização	(776)	(844)	68	-8,1%
Despesa com comunicação	(150)	(118)	(32)	27,1%
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.075)	(6.376)	4.301	-67,5%
Baixa de contas a receber - incobráveis	(857)	(1.134)	277	-24,4%
Total	(17.732)	(24.000)	6.268	-26,1%

Na comparação com o ano anterior, a principal variação foi decorrente da provisão para perdas esperadas, onde em 2024 o valor de R\$6,3 mm estava concentrado em 5 clientes, consequência dos atrasos verificados ao longo de 2024. Em 2025 foram reforçados os parâmetros e as garantias necessárias para concessão de crédito, especialmente para o setor Agro.

3-5) RESULTADO NA VENDA DE VEÍCULOS - DESATIVAÇÃO DA FROTA

Em 2025 os veículos seminovos foram vendidos a 9,9% do custo total contábil, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos, temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojas em todo território nacional e em nossa loja de varejo em Belo Horizonte.

	2022	2023	2024	2025
Receita	35.564	105.754	53.319	44.932
Custo dos veículos vendidos	25.689	89.740	49.180	40.884
Resultado	9.875	16.014	4.139	4.048
Resultado/Custo	138,4%	117,8%	108,4%	109,9%



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO - EVOLUÇÃO

	2025	2024	RS 000	2025 x 2024	%
RS 000	72.417	79.354	(6.937)	-8,7%	
Receita Bruta de Aluguel	72.417	79.354	(6.937)	-8,7%	
(-) Impostos sobre Receita	(6.886)	(7.303)	417	-5,7%	
Receita Líquida de Aluguel (a)	65.531	72.051	(6.520)	-9,0%	
Receita Seminovos (b)	44.932	53.319	(8.387)	-15,7%	
Custo Seminovos (c)	(40.884)	(49.180)	8.296	-16,9%	
Resultado (Seminovos) (b-c)	4.046	(5.861)	(9.907)	-2,2%	
Receita Líquida Total (a)+(b-c)	110.463	125.370	(14.907)	-11,9%	
Custos Operacionais (d)	(6.060)	(6.137)	78	-1,3%	
Depreciação (Frota) (e)	(27.015)	(31.091)	4.076	-13,1%	
Margem Bruta (a)+(b)-(c)-(d)-(e)	36.504	38.962	(2.457)	-6,3%	
Despesas Administrativas	(16.956)	(23.156)	6.200	-26,8%	
Depreciação (Outros Ativos)	(776)	(844)	68	-8,1%	
EBIT	18.772	14.962	3.810	25,5%	
Despesas Financeiras	(34.714)	(34.051)	(662)	1,9%	
Receitas Financeiras	3.924	5.313	(1.390)	-26,2%	
Resultado Financeiro	(30.790)	(28.738)	(2.052)	7,1%	
EBT	(12.018)	(13.776)	1.758	-12,8%	
IR/CSLL	1.094	5.395	(4.301)	-79,7%	
Prejuízo Líquido	(10.924)	(8.381)	(2.543)	30,3%	
EBITDA	46.564	48.897	(2.333)	-4,7%	
NOPLAT	19.867	20.357	(490)	-2,4%	

*Cálculo efetuado segundo resolução CVM 156/22. *NOPLAT refere-se ao Lucro Operacional Líquido menos impostos.

3-1) RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

	2022	2023	2024	2025
Aluguel	79.646	77.438	79.354	72.417
Venda de veículos	35.564	105.754	53.319	44.932
Total	115.210	183.192	132.673	117.349

Crescimento

	2022	2023	2024	2025
Aluguel	7%	-3%	2%	-9%
Venda de veículos	39%	197%	-50%	-16%

A receita bruta de aluguel de veículos em 2025, apresentou redução de 8,7% em relação ao ano anterior, atingindo R\$72,4 mm. A receita de aluguel é composta por veículos leves, pesados e agro e as receitas destas unidades de negócios representaram 43,4%, 34,8% e 21,8% respectivamente. A queda na receita de seminovos de 15,7%, foi devido à redução no volume de vendas de R\$53,3 mm em 2024 para R\$44,9 mm em 2025, sendo impactada pelo menor número de contratos vencendo este ano na comparação com o ano anterior; efeito de "safra" de finalização de contratos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		26.921	51.579	Circulante		71.110	92.732
Caixa e equivalente de caixa	4	3.505	26.987	Fornecedores	12	753	3.464
Aplicações financeiras	5	354	70	Empréstimos e financiamentos	13	17.149	14.127
Contas a receber de clientes	6	18.223	18.477	Títulos de dívida	14	44.923	66.022
Veículos em desativação para renovação da frota	7	3.276	3.672	Passivo de arrendamento		383	647
Tributos a recuperar		642	1.108	Salários, encargos e contribuições sociais		716	917
IRPJ e CSLL a recuperar		402	398	IRPJ e CSLL a pagar	15	107	324
Despesas antecipadas	8	199	152	Obrigações tributárias	15	405	396
Outras contas a receber		320	715	Outras contas a pagar	16	1.441	1.780
Não circulante		175.924	212.787	Não circulante		77.611	106.586
Realizável a longo prazo		29.152	22.838	Empréstimos e financiamentos	13	14.695	22.698
Aplicações financeiras	5	-	359	Títulos de dívida	14	58.293	78.551
Contas a receber de clientes	6	14.540	8.961	Passivo de arrendamento		100	91
Depósitos judiciais	17	26	26	IRPJ e CSLL a pagar	15	-	108
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.b	14.482	13.388	Adiantamento de clientes	16	4.333	4.904
Outras contas a receber		104	104	Provisão para contingências	17	190	234
Imobilizado	10	139.823	182.707	Patrimônio líquido		54.124	65.048
Intangível	11	6.436	6.451	Capital social	18.a	55.501	55.501
Direito de uso		513	791	Reserva de lucros	18.b	3.708	9.547
Total do ativo		202.845	264.366	Prejuízos acumulados			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A. - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de 2022, conforme alterada ("Oferta"). O prazo de vencimento é de 5 anos com carência de 3 meses do principal, com vencimento final em 13 de dezembro de 2028 e está sujeito a atualização com base na CDI acrescido de juros de 4,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar do CRA é de R\$30.284 (R\$59.394 em 31 de dezembro de 2024). O CRA possui garantia de recebíveis de clientes (lastro), de investimentos dos contratos com clientes e de máquinas agrícolas juntamente com veículos (pesados) direcionados ao agro. **Covenants:** Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não atendeu aos limites estabelecidos para o índice dívida líquida/frota líquida inferior a 0,85x, caracterizando o descumprimento (quebra) dos *covenants* financeiros previstos nos instrumentos de dívida. Em outubro e novembro de 2025, os pleitos apresentados em Assembleias de Credores do CRA e dos Debenturistas, foram aprovados, consolidando o *waiver* até o vencimento das respectivas operações e readequando o *covenants* de dívida líquida/frota líquida de 0,85x para 0,95x. Também foi autorizado o *waiver* preventivo sobre perda na venda de veículos, de 7% para 15%, medida que amplia a flexibilidade para recomposição de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o cumprimento dos índices e limites financeiros das respectivas debêntures e do CRA foram atendidos, assim como as cláusulas restritivas não financeiras.

15. IRPJ e CSLL a pagar e obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a pagar		
Parcelamento (IR/CS 2020)	107	324
Total circulante	107	324
Parcelamento (IR/CS 2020)	-	108
Total não circulante	-	108

Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a pagar	46	43
COFINS a Pagar	216	201
ISS a pagar	3	1
IRRF (Funcionários, Terceiros e Aluguel)	116	127
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	13	8
Outros impostos	5	5
Outros parcelamentos a pagar	6	11
Total circulante	405	396

16. Adiantamentos de clientes

Garantias líquidas para liberação dos créditos concedidos aos clientes nos contratos de locações e compra programada (pesados e agro).

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	5.233	5.055
Adiantamento de compra programada	4.333	4.904
	9.566	9.959

17. Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações, e com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R\$190 (R\$234 em 31 de dezembro de 2024). Além disso e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de contabilidade, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025, a estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações dos assessores jurídicos é de R\$646 (R\$232 em 31 de dezembro de 2024). Não há processos relacionados a questões tributárias ou trabalhistas com classificação de risco possíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Contingências Cíveis	Depósitos Judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	234	(26)	208
Provisão/adção	15	-	15
Reversão	(36)	-	(36)
Baixa (pagamento)	(23)	-	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	190	(26)	164
	Contingências Cíveis	Depósitos Judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	704	(28)	676
Provisão/adção	158	-	158
Reversão	(526)	2	(524)
Baixa (pagamento)	(102)	-	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	234	(26)	208

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é constituído de 26.009.820 ações ordinárias, no valor de R\$55.501. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	%	Quantidade de ações	RS(000) - Capital integralizado
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	11.710.305	24.987
Stratus SCP Brasil FIP	31%	8.116.785	17.322
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	444.435	949
Stratus Investimentos Ltda.	1%	183.735	394
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	5.554.560	11.849
	100%	26.009.820	55.501

b) Reserva de lucros:

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	1.821	1.821
Dividendos não distribuídos	1.887	1.887
Reserva de retenção de lucros	-	5.839
	3.708	9.547

Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social e poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo do exercício, não haverá constituição da reserva legal. A Administração da Companhia propõe que a respectiva reserva no montante de R\$1.821, seja absorvida pelo prejuízo do exercício, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2026. Dividendos não distribuídos: A Companhia possui emissões de Debêntures em curso cujas obrigações determinam a não distribuição de dividendos, inclusive o mínimo obrigatório, caso tal distribuição impacte no descumprimento dos limites estabelecidos pelos *covenants* financeiros. Dessa forma, antes de aprovar qualquer pagamento de dividendos, a administração realiza essa avaliação. A Administração da Companhia propõe que os dividendos não distribuídos no montante de R\$1.887, seja absorvido pelo prejuízo do exercício, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2026. Reserva para retenção de lucros: Conforme art. 27, parágrafo 2º do Estatuto Social, o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral de Acionistas observada a legislação aplicável. Em 2025, o saldo de R\$5.839 da reserva foi utilizado para absorver o prejuízo do exercício. **c) Distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. O Estatuto permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Adicionalmente a Companhia possui emissões de Debêntures em curso, cujas obrigações determinam a não distribuição de dividendos, inclusive o mínimo obrigatório, caso tal distribuição impacte no descumprimento dos limites estabelecidos pelos *covenants* financeiros. Dessa forma, antes de aprovar qualquer pagamento de dividendos, a Administração realiza essa avaliação.

19. Prejuízo por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações). O prejuízo básico e diluído por ação, são iguais, pois não há títulos conversíveis ou opções de ações diluidoras em circulação.

	31/12/2025	31/12/2024
Numeração		
Prejuízo do exercício	(10.924)	(8.381)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.010	26.010
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (R\$)	(0,4200)	(0,3222)

20. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Locação de veículos	72.417	79.354
Venda de veículos	44.932	53.319
	117.349	132.673
	(6.886)	(7.303)
	110.463	125.370

21. Custo de locação e venda de veículos

	31/12/2025	31/12/2024
Custos de manutenção	(6.464)	(7.236)
Custos com depreciação (nota 10)	(27.015)	(31.091)
Custos dos veículos vendidos	(38.860)	(47.383)
Outros custos com veículos vendidos	(2.024)	(1.796)
Custos com pessoal	(2.816)	(3.174)
Custos diários de pátios	(712)	(320)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS¹	3.847	4.488
Recuperação de taxa de administração sobre multas	85	104
	(73.959)	(86.408)

¹Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação, como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos.

22. Despesas operacionais líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(8.987)	(10.128)
Serviços de terceiros	(2.366)	(2.333)
Despesas com ocupação	(510)	(511)
Despesas gerais	(2.011)	(2.556)
Despesas com depreciação e amortização	(776)	(844)
Despesa com comunicação	(150)	(118)
	(14.800)	(16.490)
	(2.075)	(6.375)
	(857)	(1.135)
	(2.932)	(7.510)
	(17.732)	(24.000)

Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber (nota 6)

Baixa de contas a receber - incorráveis¹

¹Do montante baixado do contas a receber 50% já estava provisionado como provisão para perdas esperadas em períodos anteriores, os outros 50% remanescentes foram baixados e estão classificados na rubrica acima.

23. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures e CRA	(30.835)	(30.152)
Despesas de custo de transação e captação com empréstimos, debêntures e CRA	(2.875)	(3.226)
Despesas bancárias e IOF	(1.004)	(663)
Despesas financeiras	(34.714)	(34.051)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.489	4.470
Outras receitas financeiras	1.435	843
Receitas financeiras	3.924	5.313
Resultado financeiro líquido	(30.790)	(28.738)

24. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração com os encargos para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia foi de R\$3.789 (R\$3.707 em 31 de dezembro de 2024). Os membros do Conselho de Administração, sem funções de diretoria, recebem somente remuneração fixa. Conforme deliberado em AGO de 25 de abril de 2025, a remuneração global estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$5.200 (R\$4.680 em 31 de dezembro de 2024). A Administração não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	3.030	2.559
Remuneração variável	393	892
Benefícios	366	257
	3.789	3.707

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Riscos de crédito: O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia está basicamente nos créditos a receber de clientes, no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

	Circulante Até 1 ano	Não circulante De 2 a 5 anos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.859	-	3.859	27.416
Contas a receber de clientes	18.223	14.540	32.763	27.438
	22.082	14.540	36.622	54.854

b) Riscos de liquidez: A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Circulante Até 1 ano	Não circulante De 2 a 5 anos	Saldo 31/12/2025 contábil	Fluxo de caixa contratual	Saldo 31/12/2024 contábil	Fluxo de caixa contratual
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	17.528	15.052	32.580	38.820	36.825	44.976
Debêntures e CRA (nota 14)	46.418	59.667	106.085	133.776	144.573	179.031
Fornecedores (nota 12)	753	-	753	-	3.464	-
Passivo de arrendamento	383	100	483	540	738	747
	65.082	74.819	139.901	173.136	185.600	224.754

c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis e valores justos estimados para empréstimos, financiamentos, debêntures, CRA e aplicações financeiras são calculados a partir de modelos que utilizam dados observáveis e suposições futuras relacionadas às taxas de juros pré e pós-fixadas, entre outras variáveis aplicáveis. As taxas usadas são obtidas junto às instituições financeiras para operações com condições similares ou com base em informações geradas pelo mercado, quando disponíveis. A análise da razoabilidade dos cálculos apresentados por essas instituições financeiras é efetuada pela Companhia por meio da comparação com cálculos similares efetuados por outras partes para o mesmo período aplicável. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão e do CRA. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações de auditoria obtidas são inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2026

CONTADORA - Luciana Mendonça Duarte - CRC-SP293205/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing	Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Rafael Augusto de Oliveira Diretor Superintendente	Luis Eduardo Andrade Gutierrez Diretor
--	---	--	--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing	Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Rafael Augusto de Oliveira Diretor Superintendente	Luis Eduardo Andrade Gutierrez Diretor
--	---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidade de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Determinação do valor residual dos veículos e máquinas e equipamento agrícolas:** Veja a Nota 2.2 (d) e 10 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras no balanço patrimonial na rubrica de ativo imobilizado, veículos leves e pesados (veículos) e máquinas e equipamentos agrícolas, aos quais foram atribuídos valores residuais, que representam os valores estimados que a Companhia estima obter com a venda destes ativos, após deduzir as despesas de venda. A determinação do valor residual dos veículos e máquinas e equipamentos agrícolas é feita a partir do preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza premissas relevantes, tais

como os preços de referência do mercado, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para determinar o valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos agrícolas que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i. Avaliação, em base amostral, dos preços de mercado, os quais consideramos o preço de venda de veículos e de máquinas e equipamentos agrícolas similares no mercado; ii. Comparação, em base amostral, do valor residual determinado em relação às respectivas vendas dos veículos e máquinas e equipamentos agrícolas durante o exercício; e iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a determinação do valor residual dos veículos e máquinas e equipamentos agrícolas detidos pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente